

# O eco ao longo dos meus passos: Guilherme de Almeida e suas cores políticas

**Guilherme Lopes Vieira**

**vieira.gui@gmail.com**

Mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo

**Resumo:** Este estudo pretende explicitar o perfil político do escritor Guilherme de Almeida (1890-1969), tendo como plano de fundo, sua participação na Revolução Constitucionalista de 1932 e a defesa entusiasmada da tomada de poder pelos militares, após o golpe de abril de 1964. Para alcançar este objetivo, parte significativa de sua produção literária será analisada através da metodologia histórica, que reconhece na literatura seu potencial como testemunho histórico. Nesse sentido, as crônicas, produzidas ao longo de onze anos, entre 1957 e 1968, sob o título "*Eco ao longo dos meus passos*", publicadas no jornal *O Estado de São Paulo*, balizaram o delineamento das "cores políticas" do escritor paulista.

**Palavras chaves:** Guilherme de Almeida; O Estado de S. Paulo; Golpe militar de 1964.

## The echo along my steps: Guilherme de Almeida and his political colors

**Abstract:** This study aims to explain the political profile of the writer Guilherme de Almeida (1890-1969), having as background his participation in the Constitutionalist Revolution of 1932 and the enthusiastic defense of the military takeover, after the April 1964 coup. To reach this goal, a significant part of his literary production will be analyzed through historical methodology, which recognizes in literature its potential as historical testimony. Thereby, the series of one thousand two hundred and sixteen chronicles, produced over eleven years, between 1957 and 1968, under the title "*Eco along my steps*", published in the newspaper *O Estado de São Paulo*, will mark the delimitation of the "political colors" of the writer.

**Keywords:** Guilherme de Almeida; O Estado de S. Paulo; 1964 military coup.

## Considerações preliminares

Este estudo pretende traçar o perfil político do escritor Guilherme de Almeida (1890-1969)<sup>385</sup>, durante as décadas de 1950 e 1960, tendo em vista que seus posicionamentos

<sup>385</sup> Guilherme de Andrade de Almeida era filho do advogado e professor Dr. Estevão de Araújo e Almeida, natural de Porto Caxias, no Rio de Janeiro, e de D. Angelina de Andrade e Almeida, de Campinas, interior de São Paulo.

favoreceram a montagem, ao longo da década de 1970, durante o regime militar, de um museu em sua homenagem<sup>386</sup>.

Em abril de 1964, o já reconhecido e destacado poeta Guilherme de Almeida, em meio aos seus setenta e três anos, mantinha a crônica, quase que diária, “*Eco ao longo dos meus passos*”, sempre à direita, no canto superior da página, no tradicional periódico liberal *O Estado de S. Paulo*, da família Mesquita<sup>387</sup>. Os *Ecoss*, aqui analisados parcialmente, formam um *corpus* documental de mil duzentas e dezesseis crônicas, produzidas ao longo de onze anos. Mais precisamente, entre os anos 1957 e 1968, um ano antes do falecimento de Almeida, refletindo parte significativa da produção literária do escritor modernista.

Nesse material, diversos assuntos foram tratados por meio de digressões realizadas pelo escritor com base em recordações e memórias. Para tratar de assuntos ideológicos, o escritor cria a metáfora “cores políticas”, que, claramente, se alteram ao longo do tempo, ganhando mais nitidez após a mudança do regime democrático. Após o golpe de 64, o escritor interrompeu as crônicas de caráter memorialístico e passou a expressar sua opinião acerca do

---

Apesar de ter nascido em 24 de julho de 1890, em Campinas, passou parte significativa da infância nas cidades interioranas paulistas de Limeira, Araras e Rio Claro. Aos treze anos de idade, em 1903, passou a estudar no tradicional colégio São Bento de São Paulo, onde conheceu o parceiro modernista Oswald de Andrade, que o acompanhou até o período de formação acadêmica na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, entre 1908 e 1912. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais, Guilherme de Almeida passou a atuar no escritório de advocacia de seu pai por um curto espaço de tempo. O ano de 1922 ficou marcado pelo seu engajamento nos preparativos para a Semana de Arte Moderna, realizada no Teatro Municipal. Além de membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, foi o primeiro modernista a ser aceito para a Academia Brasileira de Letras, em 1930. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, permaneceu por certo período em Cunha/SP, importante local de conflitos, após se voluntariar, como soldado raso participante da 2ª Companhia, do 1º Batalhão, da Liga de Defesa Paulista, que seguiu em 22 de julho para as trincheiras de combate, juntamente com seu irmão Tácito de Almeida. Cf. BARROS, Frederico Ozanam Pessoa de. *Guilherme de Almeida: Literatura Comentada*. São Paulo: Abril Educação, 1982, p. 3-4. BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2013, p. 397. CASTRO Jr, Clementino de Souza e. *Cunha em 1932*. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 1935, p. 48-49, 64-65; FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2002, p. 107, 259, 248; MELO, Luis Correa. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Irmãos Andriolis, 1954. (Comissão do VI Centenário da cidade de São Paulo), p. 30-31; O Estado de São Paulo, 12 jul. 1969. Geral, p. 12; RIBEIRO, José Antônio. *Guilherme de Almeida: Poeta modernista*. São Paulo: Ed. Traço, 1983, p. 13.

<sup>386</sup> Este artigo é parte da pesquisa de mestrado “*Casa Guilherme de Almeida: a fabricação de um museu-casa (1969-1979)*”, que pretende discutir os caminhos da musealização, presentes na montagem de um lugar de memória fabricado por agentes políticos interessados na constituição de um museu público que valorizasse a história cívica de São Paulo durante o regime militar.

<sup>387</sup> Segundo Capelato, a equipe redacional d’*O Estado de S. Paulo*, com maior destaque para a figura de Júlio de Mesquita, se qualificava como a “elite bem pensante” e tais jornalistas “[...] guiavam-se pelo ideal das Luzes apontando ao leitor os caminhos a serem seguidos para atingir harmonia e felicidade. [...] A imprensa, desde então, se fez porta-voz desses ideais que circulavam e se mantiveram vivos até este século. Os jornalistas liberais de São Paulo os reproduziram”. Cf. CAPELATO, Maria Helena. “O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945)”. *Revista Brasileira de História*, V. 12, Nº 23/24, 1991/1992, p. 55.

contexto político, social e econômico, no calor dos acontecimentos. E são nessas oportunidades que o escritor se aproxima ideologicamente da “Nova Ordem”<sup>388</sup> estabelecida.

No que diz respeito à abordagem metodológica explorada nesse estudo, as fontes são interrogadas e confrontadas como testemunhos do período, em que as impressões, experimentadas no momento de composição das crônicas, são tratadas como indícios da realidade testemunhada pelo escritor, tendo em vista que as obras se articulam no tempo<sup>389</sup>.

Nesse sentido, a metodologia empregada se vale, inclusive, em algumas oportunidades, dos procedimentos específicos da crítica literária, ao reconhecer que há certa subjetividade estética aplicada na composição formal da estrutura das crônicas, quando metáforas, eufemismos e ironias são utilizadas pelo escritor para ocultar conteúdos.

Aqui, procurou-se, por meio da análise historiográfica, entender a literatura como fonte para a história, considerando que a relação entre texto e contexto pode explicitar conteúdos significativos para a história social. Tais como as condições de produção, as rotas de circulação e as manifestações do tempo histórico refletidas nas criações literárias, mesmo que involuntariamente. A proposta é historicizar a criação literária<sup>390</sup>.

Isso significa dizer que o potencial documental dos textos não é ignorado, na medida em que o processo intelectual de composição dos relatos da realidade não exclui os direcionamentos ideológicos evidenciados em diversas ocasiões<sup>391</sup>. Em suma, trata-se de não banalizar a realidade<sup>392</sup> e reconhecer que a literatura é um testemunho histórico, que não está imune ao movimento da sociedade, ou seja, está situada no processo histórico<sup>393</sup>.

Em seus *Ecos*, Guilherme de Almeida exerceu as mais variadas tipologias de análise. Transitou tanto entre as crônicas de caráter orgânico, caracterizadas por Gramsci<sup>394</sup> como as que estão mais preocupadas em aspectos gerais e constantes da vida, como nas análises

<sup>388</sup> Em seus *Ecos*, o escritor Guilherme de Almeida se refere ao golpe militar através dos termos “Nova Ordem” e “Nossa Revolução”, como será visto mais adiante. Cf. *O Estado de São Paulo*, 09 abr. 1964, Geral, p. 5; *O Estado de São Paulo*, 07 ago. 1964, Geral, p. 5.

<sup>389</sup> CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2000, p. 29, 37.

<sup>390</sup> CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1998, p. 7.

<sup>391</sup> CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Ouro sobre Azul, 2006, p. 18-19, 40.

<sup>392</sup> GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2001, p. 41.

<sup>393</sup> CHALHOUB, op. cit, p. 7.

<sup>394</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1982, p. 196-197.

elaboradas a partir das circunstâncias experimentadas de forma mais intensificada, em que seus posicionamentos políticos eram explicitados com mais intensidade.

A crônica de abertura da coluna, datada de 25 de janeiro de 1957, aniversário da cidade de São Paulo, marcou o retorno do escritor ao periódico que, como o próprio destaca, em sua vida literária “foi o primeiro”: “(...) *Aqui tive a primeira mesa de trabalho, e a primeira noite de Redação, e a primeira tira de papel que iria tornar público um meu primeiro pensamento. (...) Aqui foram lidos, e aqui publicados, os meus primeiros versos*”<sup>395</sup>. Após quinze anos, marcados pela colaboração em diversos outros periódicos<sup>396</sup>, o acadêmico<sup>397</sup> retornaria à antiga casa, indicando que “(...) *No espírito, somos os mesmos, ela e eu*”<sup>398</sup>.

Para a validação do tratamento metodológico apontado acima, o próprio escritor, valendo-se do estilo poético que caracteriza toda a sua produção literária, cria uma alegoria, ou melhor, seu “*alter ego*” que, segundo ele, o acompanhou em suas narrativas. Portanto, neste diário o autor reconheceu na crônica de abertura, que seus *Ecos* são reflexos do seu próprio posicionamento diante da realidade.

(...) Assim, não sou sozinho: habita-se um 'alter ego', que é, todo ele, um bojo acústico. Chama-se Eco. Receptáculo do som, é de seu gosto e dever repercutir, replicar, refletir, ripostar, reproduzir, rimar. Mas - é claro - ele só devolve aquilo que alcançou e feriu a sua hipersensibilidade de diafragma. Aqui estamos, pois, o amigo Eco e eu, morando juntos, a partir de hoje.<sup>399</sup>

<sup>395</sup> Em 1916, na redação do *O Estado*, o poeta Guilherme de Almeida declamou, para os presentes, os primeiros versos do livro “*Nós*” de sua autoria. Cf. RIBEIRO, José Antonio. *Guilherme de Almeida: Poeta modernista*. São Paulo: Ed. Traço, 1983, p. 12.

<sup>396</sup> Em 1918, passou a fazer parte da equipe de redação de *O Estado*, concomitantemente as colaborações para “*A Cigarra*”, “*O Pirralho*”, “*Vida Moderna*” e “*Panóplia*”. Após a Semana de Arte Moderna de 1922, foi um dos fundadores da revista “*Klaxon*”. Em 1926, passou a assinar a coluna Sociedade e Cinematógrafos, no *Estado* (Cf. RIBEIRO, op. cit., p. 12-13). No que diz respeito a sua atuação na imprensa, participou também na fundação jornais “*Folha da Manhã*” e “*Folha da Noite*” (1943-1945), do “*Jornal de São Paulo*” (1945-1947) e foi colaborador na série “*Ontem, hoje, Amanhã*”, no Diário de São Paulo (1946-1957), além da Presidência da Associação Paulista de Imprensa (API) (1937-1939). É importante destacar que, apesar da intensa atuação na imprensa, o escritor Guilherme de Almeida permaneceu vinculado ao cargo de Secretário da Escola Normal do Brás ao longo de toda a sua trajetória profissional (Cf. *O Estado de São Paulo*, 21 jul. 1990, Cultura, p. 61).

<sup>397</sup> Além de membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (Cf. FERREIRA, op. cit., p. 107, 259), foi o primeiro modernista a ser aceito para a Academia Brasileira de Letras, em 1930 (Cf. BOSI, op. cit., p. 397.). É certo que essas afiliações renderam prestígio no mercado editorial e, no caso da Academia nacional, legitimidade social que interessava aos jornais (Cf. COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel: Escritores jornalistas no Brasil (1904-2004)*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2005, p. 32). Apesar dessa premissa, Guilherme de Almeida parece ter sido esquecido pela historiografia literária (Cf. SILVA, Mauricio Pedra da. *O sorriso da sociedade – Literatura e Academicismo no Brasil da virada do século (1890-1920)*. São Paulo: Ed. Alameda, 2013, p. 96).

<sup>398</sup> *O Estado de São Paulo*, 25 jan.1957, Geral, p. 8.

<sup>399</sup> *O Estado de São Paulo*, 25 jan.1957, Geral, p. 8.

## O cronista d'O Estado e suas cores política

*Uma inicial a menos...*

Sensação de arejamento. [...] E assim, leve, a gente desce à rua e, afável, abraça amigos e desconhecidos.

- Então, que tal?

- Felicitemo-nos!

- Que alívio!

Tenho vivido bastante para ter visto virar o mundo e, com ele, a face política de terras indígenas ou alienígenas. A tais bruscas e radicais mutações tem-se invariavelmente dado um nome que eu não sei dar, e não compreendo que se de, à lição que a minha pátria acaba de dar a todas as pátrias do globo. Este nome: - *"Revolução"*.

Não! Não foi isso, nem é, nem será, nunca, o que entre nós, o por nós, e para nós acaba de 'acontecer'. [...]

'Revolução'! Isso é áspero, bruto, isso lembra [...] força, Sibéria, paredão. Todas essas palavras – palavras, sim, mais do que ideias – contêm a [...] dureza de uma consoante: o 'R'.

Repugna a nossa índole tal consoante. Querem compreender o nosso caso, muito nosso, só nosso, neste mundo de todos? Deixam o 'R' para o que é revolta, rigor, repente, rouso, raiva, rancor, rebate, réplica, repique, represália, rude, rígido, rebelde. Sim, deixem..

... o 'R' de lado. Risquem, rasurem, raspem o 'R' inicial da palavra 'Revolução' - e restará a *Nossa Verdade*. Isto é, aquilo que, de fato, foi a nossa milagrosa conquista na jornada - *31 de março / 2 de abril* – a salvadora do Brasil. Sim, nós, ainda ignorada civilização das Índias Ocidentais, descobrimos que *"Revolução"*, sem a inicial "R", é apenas isto: *EVOLUÇÃO*.

Evolúimos, amigo! <sup>400</sup>

Entusiasta dos primeiros movimentos do golpe militar que articulou a deposição do então presidente João Goulart, o jornalista Guilherme de Almeida ao longo do ano de 1964, exercendo efetivamente uma intelectualidade orgânica<sup>401</sup>, posicionou-se diante dos acontecimentos dissertando, frequentemente, sobre o antigo contexto político brasileiro com desaprovação.

No *Eco* publicado na edição de 01 de abril de 1964, o escritor, com o título *"Indiscutivelmente"*, apresentou com tonalidade irônica o seu descontentamento com as iniciativas selecionadas pelo governo de Jango. Na data, tradicionalmente associada ao "dia da mentira", Almeida escreveu: *"(...) Este mundo é a maravilha das maravilhas. (...) Os*

<sup>400</sup> O Estado de São Paulo, 09 abr. 1964, Geral, p. 5. Grifo nosso.

<sup>401</sup> Organicidade, entendida a partir de Gramsci que a definiu através do processo em que "[...] Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político". Cf. GRAMSCI, op. cit., p. 3.

*governos são honrados e eficientes. (...) a valorização da moeda é um fato. (...) Indiscutivelmente, hoje é primeiro de abril*<sup>402</sup>.

Uma das tonalidades de sua “cor política” pode ser explicitada na crônica “*Uma inicial a menos*”, reproduzida acima, quando Guilherme de Almeida recomenda que não se trate a tomada do poder como “Revolução”, mas “Evolução”; tendência que se manteve nas demais crônicas daquele fremente ano, em que Almeida comungava com a atuação dos militares. Nos *Ecos* da edição assinada no dia 03 de abril, já ciente do ocorrido, o escritor relata a atmosfera dos apoiadores, experimentada inclusive por ele, diretamente do seu escritório na Rua Barão de Itapetininga. Exclamando pelo que entedia ser a conquista da “Liberdade!”, descreveu em sua crônica como recebeu a notícia:

(...) Foi assim – Rua Barão, anteontem, cerca de quatro horas da tarde. Tudo era normal gente calma rodando no asfalto, lá embaixo; escritórios sossegados entregues ao trabalho, aqui em cima. No entanto – quem diria – ao nosso mapa, como num pano verde de cassino, jogava-se o destino do Brasil. De um pequeno radio transistorizado, numa sala continua a minha, a voz do locutor ia lendo os comunicados oficiais e, pausado, repetindo. E, repentinamente, uma palavra... Que foi isso? Estoura a calma no asfalto; rebenta o sossego nos escritórios. Como? Então, era também um pequeno radio transistorizado o coração de cada um que rodava lá embaixo, ou trabalhava aqui em cima? Corações que, sincronizados e sintonizados, simultaneamente captavam esta palavra: - *Vitoria!* (...)

Em seguida, relata mais uma tonalidade, ao acrescentar que a vitória também representava a derrota do inimigo comunista:

(...) Metálico trinado, meu telefone chamou-me.  
- Você ouviu? Ouviu? Vou já para aí!  
E veio. Chegou o meu amigo. [...] Seu abraço foi forte e quente; seus olhos vieram brilhantes de lágrimas. Sua voz.  
- Este é o maior e melhor povo do mundo! Mal governado, em menos de vinte e quatro horas, e sem efusão de sangue, destrói o pior dos inimigos do mundo moderno, *contra o qual as velhas civilizações europeias ainda lutam, desanimadas...* (...) <sup>403</sup>.

A desaprovação com a ideologia marxista já tinha sido dissecada em outros *Ecos*, como quando comenta sobre uma marchinha de Carnaval, de 1962<sup>404</sup>, que trata de Cuba ou, mais

<sup>402</sup> O Estado de São Paulo, 01 abr. 1964, Geral, p. 7. É importante ressaltar que *O Estado* só repercutiu sobre o novo regime na edição do dia seguinte, em 02 de abril, com a manchete “Vitorioso o movimento democrático”. Cf. O Estado de São Paulo, 02 abr. 1964, Geral, p. 38.

<sup>403</sup> O Estado de São Paulo, 04 abr. 1964, Geral, p. 7. Grifo nosso.

<sup>404</sup> Na oportunidade Almeida comenta que achou oportuno o enredo de uma marchinha, intitulada “Marcha do paredão” que explora como temas: Cuba e o assalto ao trem pagador da Central do Brasil. O trecho que pode ser

explicitamente, quando dissertou sobre o feriado do dia do Trabalhador, em maio de 1961, e indicou que o vermelho nunca foi a sua “cor política”.

(...) 1º. de Maio,

*O número vermelho*, as folhinhas, dispensaria muito bem e o aviso em cima: ‘Festa do Trabalho’. *Aquela cor é mais do que suficiente para definir a comemoração*. E é, como todo o mundo, sem macacão nem marmita, que estou festejando a gostosa data. O Trabalho! (...) Ora, (...) o fato é que o mundo era bem bonzinho. E o 1º. de Maio, em Paris, era a festa do ‘muguet’ da primavera dos namorados. De repente, *uns homens de punhos fechados ficaram zangados*. E, rubros de cólera, endeusaram o Trabalho, só para negar e contrariar o Deus que condenou ao trabalho o primeiro homem. E inventaram o ‘Dia do Trabalho’ (feriado) e *as greves, para não trabalhar*.<sup>405</sup>

No que diz respeito ainda aos desfechos do golpe militar em outros *Ecos*<sup>406</sup>, Almeida articulou que sem o apoio popular da sociedade civil<sup>407</sup> não haveria chance de alteração do quadro político brasileiro, ressaltando que a “(...) decisiva ‘*Marcha da Família com Deus pela Liberdade*’” foi um dos principais fatores que incentivaram a mudança política. Mesmo não estando presente<sup>408</sup> na passeata de 19 de março de 1964, realizada após um comício do presidente João Goulart, Almeida associou essa participação popular a uma outra batalha pelo poder político, a denominada: Revolução Constitucionalista de 1932. Segundo o cronista, as manifestantes, diferentemente dos soldados de 32, levariam “*por arma o Santo Rosário*” e (...) *marcando o ritmo dessa marcha, teus passos cantarão – rufar de tambor – as terras paulistas:*

---

destacado de Almeida é: “(...) Em Cuba, Cuba, Cuba/ Andou na contra-mão/ Vai descansar no paredão/ “Ao paredão!”, “Ao paredão:”, “Ao paredão!”/ Essa, não!”. Cf. O Estado de São Paulo, 02 mar. 1962, Geral, p. 23.

<sup>405</sup> O Estado de São Paulo, 02 mai.1961, Geral, p. 6. Grifo nosso.

<sup>406</sup> A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi mencionada em outras crônicas. Cf. O Estado de São Paulo, 19 mar. 1964, 28 abr. 1964, 19 mai.1964, 23 mai.1964 e 07 ago.1964.

<sup>407</sup> Sociedade civil, entendida aqui através de Antonio Gramsci, como um organismo dotado de orientação política, portanto, ideológica. Ou seja, “(...) o conjunto de organismos chamados comumente de ‘privados’ [...] que correspondem à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto”. Cf. GRAMSCI, op. cit., p. 10.

<sup>408</sup> Na crônica do dia 24 de março de 1964, Almeida reclama que “(...) Só eu sei o que senti o não haver estado em São Paulo no seu dia 19 de março, que deverá passar a História com este nome: -“O Dia da Dignidade” (...) Distante, mas não ausente, só eu sei o que foi, para mim, na separação, aquele nosso glorioso e glorificador entardecer de quase-outono. (...) Então, sozinho no terraço, a poltrona voltada para o Sul, o corpo simétrico, em atitude hierática, os olhos semicerrados, o pensamento fixo (...) – assim vivi com você, gente minha, com você marche, passo a passo, a seu lado, muito mais autêntico que se estivesse, carne e osso, recompondo e recitando a seus ouvidos nos versos da ‘Moeda Paulista’, do ‘Credo’, da ‘Prece a Anchieta’, da ‘Bandeira de Treze Listras’, de ‘A Santificada’, da ‘Espada de Pedra’, - de tantos esses poemas que você, só você, impôs a minha poesia... que é a minha única realidade. Cf. O Estado de São Paulo, 24 mar.1964, Geral, p. 5.



- *Este é o 32 de 32. 32 de 32. 32 de 32..*<sup>409</sup>. Lembre-se de, que a manifestação, em 1964, se aproximava da comemoração do 32º. aniversário do movimento de 1932.

A coluna *Eco ao longo dos meus passos* foi um importante veículo de comunicação do escritor com seus leitores<sup>410</sup>. Nos diversos *Ecoss*, Almeida tratou de civismo, tradição, datas comemorativas, banalidades mundanas, heráldica, poemas conhecidos, traduções realizadas, amizades passadas. Portanto, como o próprio nome da coluna sugere, que o cronista sempre se propôs a tratar de memórias. As suas memórias. E o exercício de reconstituição mnemônico evocado de forma mais recorrente, sem dúvida, em seus *Ecoss* foi a guerra civil de 1932. Essa que, de fato, foi uma de suas principais “cores políticas”. Em 1958, ao tratar do tema, evoca como alegoria o diálogo fictício entre um pai e seu filho,

(...) O FILHO (dezessete anos) – Como foi, papai?  
 O PAI (cinquenta e um anos) – Uma Guerra Santa: a luta por um Ideal.  
 (...) O FILHO – Mas, papai, isso tudo é coisa superada.  
 O PAI – Isso tudo é uma coisa única, rigorosamente continuada. Veja, meu filho! Cruzadas – Navegação – Bandeiras – Nove de Julho; quatro etapas de uma linha reta sem solução de continuidade. *A mística do Ideal*: mais nada. (...) Lutamos por um Ideal. E foi lindo! Lindo! Sozinhos, improvisamos em São Paulo, dentro das nossas miseras fronteiras geográficas (...) o grande e verdadeiro Brasil que é este São Paulo que você goza. Você não sabe o que foi, então, a fusão total dos credos políticos, das convicções religiosas, das condições sociais, das casualidades do nascimento, das idades e até dos sexos (pois a mulher foi tão forte quanto o homem), *numa só Coisa para uma só Causa...* Ah! Meu filho, a perfeita organização civil! O milagre do voluntariado, brotando da terra, como erva nativa, em canteiros e canteiros de batalhões... A mágica improvisação industrial: fabricas de tampas de garrafa de cerveja transformadas, da noite para o dia, em fabricas de munição... A ‘Campanha do Ouro Para o Bem de São Paulo’, vertendo anonimamente joias humildes nos guichês dos Bancos... As chusmas de criancinhas percorrendo as ruas ao grito de “Se fôr preciso...” A ‘matraca’, inventada em certas frentes de combate, para fingir o pipocar das metralhadoras, que não tínhamos... E afinal...  
 O FILHO – Afinal, o que?  
 O PAI – Afinal, a pseudoderrota.  
 O FILHO – Papai, o senhor é um reacionário.  
 O PAI – *Eu sou um voluntário de julho de 32*<sup>411</sup>.

A memória opera a partir de um processo seletivo, totalizador, ou melhor, absoluto<sup>412</sup>, resultado da experiência vivida através de eventos, vivenciados pelo sujeito ou não. Ela é fruto da interação com outros indivíduos, aspecto que possibilita que a memória seja compartilhada

<sup>409</sup> O Estado de São Paulo, 19 mar. 1964, Geral, p. 5.

<sup>410</sup> Ao ser questionado por um entrevistador se havia “uma arte de escrever? [qual] o seu segredo?”, na oportunidade respondeu: “(...) sempre escrevi por necessidade de escrever, isto é, por absoluta precisão, que direi orgânica, de comunicar-me”. Cf. O Estado de São Paulo, 21 set. 1960, Geral, p. 5.

<sup>411</sup> O Estado de São Paulo, 09 jul. 1958, Geral, p. 5. Grifo nosso.

<sup>412</sup> NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Trad. Yara A. Khoury. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, Nº. 10, dez. 1993, p. 9.



de forma coletiva. Nesse sentido, percebe-se que determinadas reminiscências agem no convívio social de certos grupos, e como cada indivíduo interage com diversos outros grupos ao longo da vida, esse movimento potencializa as relações mnemônicas, inserindo em cada grupo elementos dos outros grupos<sup>413</sup>. No caso particular de Almeida, a participação nos eventos de 1932<sup>414</sup> influenciou em sua noção de pertencimento a um contexto político e social, que em consequência, se tornou marcante em sua trajetória<sup>415</sup>. Em diversas passagens de seus *Ecos*, pode-se perceber que as memórias afetivas relacionadas a 32 são tonalidades permanentes de suas “cores políticas”<sup>416</sup>.

Em duas oportunidades, Almeida tratou desse assunto ao ser questionado pelos leitores. Apesar das respostas terem sido similares, havendo como mote o “patriotismo paulista”, as intensidades variaram, passando a serem mais assertivas e acentuadas após a tomada de poder em 64. Anteriormente, em abril de 1959, sob o título “*Confiteor*”, palavra que se refere a uma espécie de confissão que tem em vista a absolvição, Almeida explana:

(...) A minha ‘cor política’?

Não, minha amiga ótima (*provisoriamente transformada em inimiga péssima ao impor-me tal pergunta e exigir resposta*) não tenho cor – confesso. Sou apenas um poeta: e os poetas, queiram ou não queiram são todos mais ou menos ‘nefelibatas’. (...) Os poetas vivem mesmo nas nuvens. *E as nuvens não tem cor própria* (...) Certa vez – faz quase vinte e sete anos – *resolvi tomar cores próprias*. Adorei três: *branco, preto e vermelho*. Gostei de me colorir com a alvura de um ideal, com o luto por irmãos tombados no campo da honra, e com o rubro de um sangue generoso vertido por uma causa nobre... E sabe você o que aconteceu? – Porque eu *não dei* a essas

<sup>413</sup> Para Halbwachs, a memória de um indivíduo é estabelecida através da adequação de vestígios de lembranças, as quais podem ser tanto datas como indivíduos ou locais, e que a partir de referências sociais integram-se à memória coletiva. Cf. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p. 150.

<sup>414</sup> Durante os combates, foi colaborador do periódico “Jornal das Trincheiras”, assinando, inclusive a edição que circulou no dia 8 de setembro de 1932. Em Cunha/SP, importante local de conflitos, após se voluntariar foi soldado raso participante da 2ª Companhia, do 1º Batalhão, da Liga de Defesa Paulista, que seguiu em 22 de julho para as trincheiras de combate. Cf. O Estado de São Paulo, 12 jul. 1969. Geral, p. 12.

<sup>415</sup> Nora indica que “(...) Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade de história”. Cf. NORA, op. cit., p. 14.

<sup>416</sup> No ano de abertura dos *Ecos*, antes da alteração do regime político após 1964, o escritor se refere a Revolução Constitucionalista de 1932 sempre de forma saudosa. Em julho escreve: “(...) A trincheira a luta, a saudade... (...) alma, terra, força, raça, fé, vitória...”. (Cf. O Estado de São Paulo, 06 jul. 1957. Geral, p. 5) e “(...) Era o dia 9 de julho de 1932. Um heroico milagre (terá sido esse o último milagre de Anchieta?)” (Cf. O Estado de São Paulo, 02 jul. 1957. Geral, p. 7). E em agosto, faz menção a bandeira paulista e a epopeia de 32, “(...) A primeira coisa que vi, ao abrir a janela para a manhã enevoada de anteontem, foi, pendente a meio-mastro, numa fachada pensativa, uma bandeira paulista. (...) Aquela bandeira... Este coração... Ambos - bandeira e coração - só começaram a ter existência real e justificada quando, juntos, receberam o batismo de fogo nas trincheiras de 32 (...)” (Cf. O Estado de São Paulo, 07 ago. 1957. Geral, p. 5).

três cores um *sentido 'político'*, fui preso e desterrado<sup>417</sup>. Mas não maldisse a prisão, nem maldisse o desterro. (...) *A minha cor política? A das musas, minha amiga.*<sup>418</sup>

Na crônica, apesar de indicar de forma poetizada ser alheio a interesses políticos, já que os “poetas vivem mesmo nas nuvens. E as nuvens não tem cor própria”, acena à causa de 1932, representada pelas cores da bandeira de São Paulo: branco, preto e vermelho, que naquela oportunidade, dizia respeito a um ideal sem filiação política.

Para compreendermos as “cores políticas” de Guilherme de Almeida em uma perspectiva da história social, é imprescindível situá-lo como um autor, desrevestido de uma pretensa aura de genialidade e excepcionalidade, típicas do artista romântico<sup>419</sup>, e inseri-lo como agente partícipe de seu contexto histórico e reflexo dos relacionamentos experimentados pelos *habitus* de sua classe<sup>420</sup>.

Nesse sentido, é importante destacar, que apesar do pregado apartidarismo de Almeida, o escritor sempre esteve ligado a causas políticas locais, em cargos de confiança. Trata-se exatamente da oportunidade da presidência da Comissão das festividades do IV Centenário da cidade de São Paulo, em 1954<sup>421</sup>, ou anteriormente, na direção interina da Divisão de Expansão Cultural da Prefeitura de São Paulo, em 1938, em substituição a Mário de

<sup>417</sup> Ao final dos confrontos, os principais líderes do movimento foram detidos no Rio de Janeiro e exilados para Portugal. Cf. RIBEIRO, op. cit., p. 14.

<sup>418</sup> O Estado de São Paulo, 15 abr.1959, Geral, p. 7. Grifo nosso.

<sup>419</sup> Segundo Williams, há uma noção generalizada acerca do artista romântico, caracterizado através do estudo individualizado de uma série de sujeitos que viveram nesse período. Para o autor, “[...] Nessa concepção, o poeta, o artista, é por natureza indiferente à grosseira mundanidade e ao materialismo da política e das questões sociais; ele se dedica, ao contrário, às esferas mais substanciais da beleza natural e dos sentimentos pessoais”. Cf. WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2011, p. 54.

<sup>420</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007, p. 183-187.

<sup>421</sup> Guilherme de Almeida assumiu a presidência da Comissão, após a saída conturbada de Francisco Matarazzo Sobrinho, em 04 de março de 1954, que permaneceu vinte e seis meses no cargo. Após explicitar sua insatisfação à imprensa, o prefeito Jânio Quadros pressionou pela renúncia de Matarazzo, indicando em seguida o poeta Guilherme de Almeida para dar prosseguimento às festividades, que já estavam em andamento. Cf. LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 46.

Andrade<sup>422</sup>, e como secretário do Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus<sup>423</sup>. Além do período de exercício da função de Secretário, da Escola Normal “Padre Anchieta”, e, em seus últimos meses de vida, quando esteve incumbido da formação do Museu Histórico de Campinas, como Assessor de Museologia<sup>424</sup>, contratado pelo município interiorano.

Mas foi em 1950, o ano em que apresentou maior intensidade política partidária, ao exercer a função de chefe de gabinete do prefeito Lineu Prestes<sup>425</sup>. Experimentou, inclusive, uma candidatura que não rendeu frutos, a uma vaga de Deputado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo<sup>426</sup>, com os lemas de campanha: “*Para o Bem de São Paulo e do Brasil – Vota com o Partido Republicano*”<sup>427</sup> e “*Em defesa do trabalhador intelectual*”<sup>428</sup>, enquanto membro do Partido Republicano de São Paulo

No âmbito nacional, em 1960, Guilherme de Almeida foi convidado pelo presidente Juscelino Kubitschek a compor a “Prece Natalícia à Brasília”, declamada como discurso oficial na inauguração da nova capital, assim como a elaborar o desenho heráldico do Distrito

<sup>422</sup> Em correspondência com Sérgio Milliet, em 04 de julho de 1939, Mário de Andrade confidencia que gostaria de retornar a São Paulo, um ano após sua chegada à cidade do Rio de Janeiro, onde trabalhou em diversos postos, lamentando a saída da Divisão de Cultura paulista ironizando que seu substituto tinha boas relações com a política local, diferentemente dele. Andrade comenta: “(...) mesmo que o prefeito me aceitasse, eu é que não o iria botar [Milliet] em dificuldade por causa do Guilherme, amigo do Palácio. Tudo situações inaceitáveis, em que apenas peço disculpa a você do que estou lhe contando, pois que, pra todos os efeitos quero continuar aparentemente adido ao gabinete do Ministro aqui, sempre na esperança de qualquer movimento político aí que me permita voltar pra minha chefia de Divisão”. Cf. DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*, edição comemorativa dos 40 anos de falecimento de Mario de Andrade. Editora Hucitec, Prefeitura do município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1985, p. 322.

<sup>423</sup> Pertenceu ao Conselho entre 1943 e 1948 (Cf. O Estado de São Paulo, 21 jul. 1990, Cultura, p. 61). Em 1945, o Conselho era presidido por Abelardo Vergueiro Cesar, e composto, além de Almeida como Secretário, por Menotti Del Pichia, Sérgio Milliet e, o diretor do Museu Paulista, Afonso D’Escragnolle Taunay, entre outros (Cf. O Estado de São Paulo, 11 jan. 1945. Geral, p. 8). Em Campinas, em seus últimos meses de vida, em janeiro de 1969, ocupou o cargo de Assessor de Museologia para a formação do Museu Histórico de Campinas (Cf. CAMPINAS. Lei nº 3752, 29 jan. 1969).

<sup>424</sup> Cf. O Estado de São Paulo, 31 jan. 1969. Geral, p. 8. No decreto-lei nº 3752, de 29 de janeiro de 1969, é criado “(...) um cargo de Assessor de Museologia no Q.A. na Prefeitura Municipal (...) Em caso de falecimento do ocupante sua viúva terá direito a uma pensão mensal equivalente a 80% dos vencimentos”.

<sup>425</sup> RIBEIRO, op. cit., p. 16.

<sup>426</sup> Na oportunidade, diversos jornalistas registraram-se como candidatos. Havia representantes do *O’Estado*, *Jornal de Notícias*, *Diário da Noite*, *A Hora*, *Correio do Povo*, *A Tribuna de Santos*, *A Gazeta*, *Jornal de São Paulo*, *Folha da Manhã* e *France Presse*, por conta de Patrícia Galvão, a Pagu. Cf. O Estado de São Paulo, 14 set. 1950, Geral, p. 8.

<sup>427</sup> Seu material de campanha, além da divisa: “Para o Bem de São Paulo e do Brasil – Vota com o Partido Republicano”, havia, na íntegra, o poema composto por Almeida durante os conflitos de 1932, chamado “*A Santificada*”, que se refere à bandeira de São Paulo, com os dizeres: “(...) Bandeira da minha terra/ bandeira das treze listas/ são treze lanças de guerra/ cercando o chão dos Paulistas!” (CEDAE/IEL/UNICAMP, Fundo Guilherme de Almeida, caixa 16, maço 21).

<sup>428</sup> O Estado de São Paulo, 23 set. 1950, Geral, p. 5.

Federal<sup>429</sup>. Ao longo da vida, manteve boa relação com diversos políticos de destaque, recebendo variadas felicitações nas datas dos seus aniversários. Entre os telegramas preservados no arquivo pessoal do escritor constam, por exemplo, uma felicitação do udenista Carlos Lacerda<sup>430</sup> e do arenista Artur da Costa e Silva<sup>431</sup>, enquanto presidente da República do regime militar (1967-1969) e duas congratulações do presidente Getúlio Vargas, antigo inimigo na guerra de 1932.

O único telegrama datado desse relacionamento refere-se ao dia 25 de julho de 1953<sup>432</sup>, antes da presidência de Almeida na Comissão do IV Centenário, e um segundo contato<sup>433</sup>, esse sem datação prevista, foi enviado provavelmente durante as festividades de 1954, já que há outras mensagens preservadas juntamente a essa, assinadas por Lourival Fontes<sup>434</sup> e Café Filho<sup>435</sup>, enquanto presidente da República. Apesar das discordâncias quanto à política nacional em 1932, Almeida e Vargas mantiveram certo relacionamento por conta da Academia Brasileira de Letras. Ambos eram filiados ao “*Petit Trianon*” do Rio de Janeiro. Almeida, como o primeiro modernista a fazer parte da Academia<sup>436</sup>, ao assumir a vaga do poeta Amadeu Amaral<sup>437</sup>, esteve vinculado desde 1930 até o seu falecimento em julho de

<sup>429</sup> Cf. OESP, 23 abr. 1960. Geral, p. 3; Idem, 13 mai. 1960. Geral, p. 12. No campo heráldico, além da capital Brasília, Almeida teve diversas outras contribuições, compondo o brasão de armas das cidades de Petrópolis (RJ), Volta Redonda (RJ), Londrina (PR), Guaxupé (MG), Caconde, Iacanga, Embu (SP) e, com maior destaque, o da capital paulista, em 1917, com a famosa divisa “Non ducor, duco”. Cf. FEDERICI, Hilton. *Símbolos Paulistas: estudo histórico-heráldico*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Comissão de Geografia e História, 1981, p. 73.

<sup>430</sup> Endereçado a Rua Macapá, 187, o que significa dizer que foi enviada entre 1946, data da mudança para essa residência e 1969, data de seu falecimento. O telegrama continha os dizeres: “(...) Abraço, prezado amigo, desejo-lhe toda a felicidade”. (CEDAE/IEL/UNICAMP, Fundo Guilherme de Almeida, caixa 33, maço 06).

<sup>431</sup> Endereçado a Rua Barão de Itapetininga, 262, sala 201, com os dizeres: “(...) Cumprimento, caro amigo, pela passagem de seu aniversário, enviando-lhe meu cordial abraço. A. Costa e Silva, presidente da República”. O que significa dizer que foi enviada entre março de 1967 e agosto de 1969, período em que ocupou a Presidência no regime militar. (CEDAE/IEL/UNICAMP, Fundo Guilherme de Almeida, caixa 33, maço 06).

<sup>432</sup> Com os dizeres: “(...) Queira aceitar congratulações passagem seu aniversário. Getúlio Vargas” (CEDAE/IEL/UNICAMP, Fundo Guilherme de Almeida, caixa 33, maço 6).

<sup>433</sup> Endereçada ao “Urgente recomendado Dr. Guilherme de Almeida Academia Brasileira de Letras Rio” enviado do “Palácio Catete”. (CEDAE/IEL/UNICAMP, Fundo Guilherme de Almeida, caixa 33, maço 06).

<sup>434</sup> Enviada do Palácio Rio Negro, em Petrópolis, com os dizeres “(...) Sr. Presidente incumbiu-me agradecer comunicação constante seu ofício 12900 de 22 corrente expressando-lhe ao mesmo tempo a segurança que poderá contar com todo apoio sua excia. para levar a bom termo missão que lhe foi confiada. Cumprimentos Lourival Fontes, secretário Presidente da República” (CEDAE/IEL/UNICAMP, Fundo Guilherme de Almeida, caixa 33, maço 06).

<sup>435</sup> Endereçada a “Sr. Guilherme de Almeida Presidente Comissão IV Centenário”, informando que não compareceria às solenidades do Centenário (CEDAE/IEL/UNICAMP, Fundo Guilherme de Almeida, caixa 33, maço 06).

<sup>436</sup> BOSI, op. cit., p. 397.

<sup>437</sup> Ocupou a cadeira 15, sendo recebido pelo acadêmico Olegário Mariano, em 21 de junho de 1930. Cf. <http://www.academia.org.br/academicos/guilherme-de-almeida>. Acessado em 08 de janeiro de 2017.

1969, enquanto que Vargas, durante o Estado Novo, assumiu a vaga do jurista Alcântara Machado<sup>438</sup>, de 1943 a agosto de 1954.

Por fim, outro relacionamento político que não pode passar despercebido, envolve o governador do Estado de São Paulo, o arenista Roberto de Abreu Sodré, que foi casado com Maria do Carmo Melão de Abreu Sodré, sobrinha de Guilhermina Pinho de Almeida, esposa de Tácito de Almeida<sup>439</sup>, que era irmão do escritor Guilherme de Almeida. Em correspondência, datada de 08 de outubro de 1959<sup>440</sup>, em virtude da eleição de Almeida como Príncipe dos poetas Brasileiros<sup>441</sup>, Sodré, que na oportunidade, era deputado estadual da União Democrática Nacional (UDN), parabenizou o amigo com os dizeres:

Meu caro Príncipe,  
(...) cá embaixo, na política, estava preso à pequena disputa eleitoral (...) aí a minha falta, com ela a de Maria, de não termos ido te abraçar pela grande vitória, que orgulha São Paulo. Não faltará a ocasião, (...) para um grande abraço (...) do bom amigo e do grande poeta. Um beijo a Baby<sup>442</sup> e até logo.

Além de amigo pessoal, Abreu Sodré era profundo admirador de Guilherme de Almeida. Enquanto Governador do Estado de São Paulo, ligado ao partido situacionista de sustentação do regime militar, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), Sodré promoveu uma série de homenagens ao escritor, como por exemplo, a entrega de um medalhão comemorativo do cinquentenário do primeiro verso de Almeida.

A homenagem contou com a entrega de cinco condecorações, financiadas através da abertura de crédito suplementar autorizado pelo Poder Executivo<sup>443</sup>. Um medalhão em bronze, esculpido por Galileu Emendabili, que retratava a efígie do escritor, ficou destinado à Academia Brasileira de Letras, três, em prata, destinadas a líderes políticos, incluindo o

<sup>438</sup> Ocupou a cadeira 37, sendo recebido pelo acadêmico Ataúlfo de Paiva, em 29 de dezembro de 1943. Cf. <http://www.academia.org.br/academicos/getulio-vargas>. Acessado em 08 de janeiro de 2017.

<sup>439</sup> Cf. O Estado de São Paulo, 16 jun. 1968. Geral, p. 27.

<sup>440</sup> Cf. CEDAE/IEL/UNICAMP, Fundo Guilherme de Almeida, caixa 33, maço 10.

<sup>441</sup> O concurso inicialmente realizado pela Revista "Fon-Fon", em 1959, foi realizado pelo jornal "Correio da Manhã". No discurso realizado no momento da entrega do prêmio, na sede da Academia Brasileira de Letras, o poeta Almeida declamou: "[...] O príncipe não é o principal. O principal é a crença na poesia". Cf. O Estado de São Paulo, 23 out. 1959, Geral, p. 8.

<sup>442</sup> Baby era o apelido de Belkiss Barrozo do Amaral, esposa de Guilherme de Almeida, desde 1923. Cf. RIBEIRO, op. cit., p. 13.

<sup>443</sup> Outorgados pela Lei no. 10.180, de agosto de 1968, assinada pelo Governador Abreu Sodré.

próprio Abreu Sodré, presenteado com um. Ao longo da homenagem o amigo governador agraciou, com uma medalha em ouro, o escritor Guilherme de Almeida.

Mas foi 1969 o ano de maior intensidade das homenagens de Sodré ao escritor. Em 11 de Julho, dois dias após as festividades da Revolução de 1932, aos setenta e oito anos, o escritor Guilherme de Almeida faleceu em sua residência, por consequência de problemas de saúde<sup>444</sup>. Na oportunidade, o Governador autorizou<sup>445</sup>, de forma inédita, o sepultamento do escritor no Mausoléu dos Combatentes de 32, no Ibirapuera. Como se não bastasse, estabeleceu luto oficial de três dias em todo o Estado de São Paulo<sup>446</sup>, e autorizou o pagamento de uma pensão para viúva do poeta como forma de assisti-la<sup>447</sup>. E, encerrando o tributo daquele ano<sup>448</sup>, o Governador Abreu Sodré, renomeou uma instituição de ensino que passou a ter o escritor como seu patrono<sup>449</sup>, considerando que “[...] *sua participação, como poeta-combatente, e poeta-celebrante, nas grandes efemérides cívicas do Estado e da Nação, o credenciam à admiração pública, em especial da juventude escolar*”.

Diante disso, se em 1959, o cronista Guilherme de Almeida tinge suas “cores políticas” com certo apartidarismo e convicta indiferença, em 1966, dois anos após a alteração do regime democrático, na coluna intitulada “*Cem palavras, ou sem palavras*”, o comentador retoma o tema com a pergunta de abertura: “[...] *A minha cor política?*”:

(...) Hum!... Seria.. Não sei.. talvez uma *combinação do preto, branco e vermelho, com um pouquinho de azul e amarelo salpicados*. Mas essas cores não possuem

<sup>444</sup> Provenientes de uma crise de uremia que durou certa de um mês. Cf. Folha de S. Paulo, 12 jul. 1969. Primeiro Caderno, p. 1.

<sup>445</sup> Até aquela ocasião, apenas os soldados mortos em decorrência direta dos combates em 1932 foram enterrados no Mausoléu. Conjuntamente com o prefeito Paulo Maluf, o governador autorizou o sepultamento do poeta junto aos demais soldados. Cf. Decreto nº 52.162, de 11 de julho de 1969.

<sup>446</sup> De acordo com Decreto nº 52.161, de 11 de julho de 1969, foi instituído luto oficial “[...] considerando que o Príncipe dos Poetas foi um dos mais ardorosos participantes do Movimento Constitucionalista de 1932, cujos feitos imortalizou em versos cívicos que representam um hino à terra e à gente bandeirante; considerando que Guilherme de Almeida marcou, de forma indelével, a cultura brasileira, cantor que foi de todos lances da História Contemporânea, entre eles avultando a epopéia dos pracinhas, a guerra contra o nazismo, e a celebração da inauguração de Brasília”.

<sup>447</sup> De acordo com decreto-lei nº 136, de 13 de julho de 1969, o Governador Abreu Sodré define que foi concedida à Sra. Belkiss de Almeida “[...] pensão mensal, intransferível e enquanto perdurar o seu estado de viuvez, correspondente ao valor da referência atribuída ao cargo de Professor Catedrático (Filologia e Língua Portuguesa) da Universidade de São Paulo. (...) Para atender à despesa decorrente deste decreto-lei, abrirá o Poder Executivo, na Secretaria da Fazenda, à mesma Secretaria, crédito suplementar à dotação própria do orçamento, até o limite de NCr\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos cruzeiros novos)”.

<sup>448</sup> No ano seguinte, com o decreto de 14 agosto de 1970, uma última homenagem define que uma ponte na Rodovia Castello Branco, próxima ao Rio Tietê, “[...] Fica denominado ‘Ponte Guilherme de Almeida’”.

<sup>449</sup> De acordo com o decreto no. 52.223, de 25 de julho de 1969, “[...] Passa a denominar-se ‘Guilherme de Almeida’ o 3º Ginásio Estadual de Santana na Capital”.

caráter político propriamente. Não são partidos: não tem eleitorado, nem siglas, nem bancadas com líderes nas Casas do Congresso, nem nada. Por isso.. (...)

Para justificar o título *“Cem palavras, ou sem palavras”*, recorre a uma anedota, utilizada como alegoria,

(...) Penso, repenso e lembro-me de uma velha historieta inglesa; Num colégio, um professor deu a classe o seguinte tema de composição: - fazer precisamente em cem palavras a descrição de um passeio em automóvel. Um dos meninos apresentou este primoroso trabalho: ‘Domingo passado papai saiu para fazer um passeio no seu automóvel novo. No meio do caminho o automóvel parou. Estava quebrado. E papai teve que voltar a pé para casa. (Estão aí trinta palavras. As setenta que faltam são as que papai veio dizendo durante a caminhada, mas que eu não posso escrever’. (...)

E conclui da seguinte maneira, *“(...) Vejo-me forçado a recorrer a mesma solução”*. Na sequência, o autor retoma o cabeçalho original da crônica e acrescenta ao lado de cada palavra um algarismo, reproduzindo a contagem de palavras suscitada no exemplo da redação escolar:

(...) A crônica sobre a minha cor política está lá em cima, todinha, nas primeiras trinta palavras que escrevi: ‘Uma (1) pessoa (2) incrível (3), porque (4) diz (5) que (6) costuma (7) ler (8) este (9) cantinho (10) de (11) jornal (12), e (13) simpática (14), porque (15) diz (16) que (17) concorda (18) sempre (19) comigo (20), pede-me (21) que (22) escreva (23) uma (24) crônica (25) definindo (26) a (27) minha (28) cor (29) política (30). *As setenta palavras que faltam são as que pensei mas não escrevi porque não permitiu a autocensura, nem a ‘publicaria o jornal’*<sup>450</sup>.

O leitor solicitante de suas “cores políticas” deixa de ser a “inimiga péssima” que impõe tal pergunta e exige resposta e passa a ser uma “pessoa incrível”, na medida em que permitiu que o ufanismo coevo, típico daqueles tempos, fosse explicitado com o “pouquinho de azul e amarelo salpicados” em meio ao patriotismo paulista, tingido de preto, branco e vermelho, característico de suas memórias.

Ao evocar a sentença “nem a ‘publicaria o jornal””, o cronista faz referência à mudança de posicionamento político d’*O Estado*. Se em abril de 1964, o periódico posicionou-se explicitamente em favor dos militares, alegando que a continuidade de João Goulart era

<sup>450</sup> O Estado de São Paulo, 18 jun. 1966, Geral, p. 7. Grifo nosso.



inviável para a governabilidade do país<sup>451</sup>, em seguida, sem a garantia de eleições, teria passada a fazer oposição ao regime.

Nesse contexto como represália, o *Estado* sofreu com a exigência de autocensura que resultou, posteriormente, na censura prévia do jornal<sup>452</sup>. Em 1966, O *Estado* não era mais o local para manifestações favoráveis ao regime militar. Mas diferentemente da crônica de 1959, a Revolução Constitucionalista paulista passou a ser evocada por Almeida, sem hesitação e, agora, com leve tonalidade brasileira.

A partir de 1964, em duas oportunidades, Almeida defende veementemente o que seria, para ele a constituição de uma “Nova Ordem”. A primeira, meses após o golpe, ao relatar as incertezas expressadas por boa parte da sociedade, ao indicar que “(...) *cada vez que, em roda multanime de conhecidos, ou unanime de amigos, percebo uma dubiedade qualquer de sentimentos, ou opiniões, a respeito da nossa ainda infanta soberana (tem só quatro meses e sete dias!) (...)*”, o escritor se posiciona: “(...)  *digo-lhes e repito-lhes, com a canônica força de um erodo, esta minha profissão: - Tenho Fé nos princípios que inspiram a Nossa Revolução: Esperança nos seus frutos que não de vir; a Caridade para perdoar os que dela duvidam*”<sup>453</sup>. Na segunda manifestação se queixa dos jornalistas contrários à “Nova Ordem”, com o título “Aos Boateiros”. Almeida adverte:

(...) À sombra propícia da *Revolução Vendedora* em 31 de março de 1964, como de toda árvore majestosa, não podia deixar de proliferar a flora criptógama que é o *boato*. Nunca inocente, às vezes malicioso, frequentemente maléfico, em certos casos destrutivo – esse fungo inevitável tem que se enquadrar no termo primeiro do binômio ‘*subversão-corrupção*’ que a *Nova Ordem* fulminara. Ora, ela que, acalmado o impacto natural dos primeiros dias da Vitória, com seu excitante cortejo de cassações, deportações, IPMs etc... a gente começa a analisar desapassionadamente o novo ‘habitat’ e nele descobrir certas coisas... Hummmm... Eu, por exemplo, na minha incurável implicância literária, comecei a embirrar com um termo que ficou na moda, que caiu no gosto de tudo o que é amigo e colega meu: escritores, jornalistas, redatores de rádio e televisão etc... Indaga daqui, indaga dali, pesa e mede bem pesado e bem medido – eis que me convenço de que todos esses meus colegas estão me expondo a cominação de terrível pena que poderá estigmatizá-los como – *Os mais perigosos boateiros do mundo*.

<sup>451</sup> A historiadora Maria Aparecido Aquino ao transcrever a fala de Ruy Mesquita, diretor d’O Estado, em uma entrevista que comenta acerca do golpe militar, destaca a passagem: “(...) É que o Jango, pelas suas próprias condições culturais, era um incapaz. Era até uma boa pessoa para o convívio social, mas completamente despreparado para algum dia ser Presidente da República, muito menos num momento como aquele”. Cf. AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968- 1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência - O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 41.

<sup>452</sup> Ibidem, p. 37-59.

<sup>453</sup> O Estado de São Paulo, 07 ago. 1964, Geral, p. 5. Grifo nosso.

No decorrer da crônica, Almeida, que é profundo conhecedor da semântica em língua portuguesa, flexiona o vocábulo “pronunciamento”, utilizado frequentemente pela imprensa para se referir ao anúncio ou manifestação pública de um líder político-militar para refutar, um ano após a tomada de poder, que as articulações políticas impostas a João Goulart tenham sido um golpe.

(...) Sim. À *sombra propícia da Revolução de 31 de março de 1964*, como de toda árvore majestosa, descobriram ele o mais perigoso dos cogumelos (...) *Trata-se de uma expressão que vivem repetindo*, na fala ou na escrita, mais que quotidianamente, ao noticiar a palavra que vai ser dita por qualquer das mais altas autoridades políticas do Brasil. Esta expressão: - ‘*PRONUNCIAMENTO*’. Sempre ouvi isso em castelhano, com sentido pejorativo, referente às irrequietas repúblicas latino-americanas. ‘*Pronunciamiento*’, isto é, ‘*rebelión, levantamento militar*’, com canhoneiras e fuzilamentos. [...] Mas, meus caros amigos, leiam em qualquer dicionário o que isso quer dizer. Por exemplo, no muito atual e autorizado ‘*Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*’, de Aurélio Buarque de Holanda: - ‘*Pronunciamento (s.m.) Ato de ‘pronunciar-se’ coletivamente contra o governo ou quaisquer medidas governativas: revolta, sublevação*’. Só isso. Leram?

Adiante, insinua mais uma tonalidade, ao pontuar que caso continuem utilizando o vocábulo “pronunciamento”, para se referirem aos discursos oficiais proferidos, os profissionais da imprensa estariam sugerindo recorrentes quebras da normalidade “democrática”.

(...) – *Imaginem, agora, o que é que vocês insinuam*, sem querer, quando dizem; ou escrevem que – O Senhor Presidente da República (ou o senhor Ministro da Guerra, ou o Senhor Governador do Estado...) ‘vai fazer um importante pronunciamento’! Imaginem! *Esses senhores diariamente promovendo revoltas, motins, rebeliões, levantes, quarteladas, golpes* (...) contra si mesmos! E com pregão antecipado! Cruz! Credo! Santa Barbara e São Jeronimo! Deus nos livre a nós todos, e a eles e, principalmente, a vocês, amigos boateiros! (...) <sup>454</sup>.

Após o enfático posicionamento contra os “boateiros”, em 1965, como pode ser visto nas demais crônicas que se sucederam até 28 de agosto de 1968, data da última publicação dos *Ecos*, o escritor Guilherme de Almeida não se pronunciou novamente a favor dos militares ou sequer a respeito da política brasileira. Mas o seu alinhamento nos anos anteriores não foi

<sup>454</sup> O Estado de São Paulo, 21 abr. 1965, Geral, p. 5. Grifo nosso.

ignorado e o que se percebe durante a década de 1970, após o seu falecimento<sup>455</sup>, é uma intensa articulação incentivada tanto por familiares do escritor como por agentes políticos interessados em efetivar a fabricação de um museu público que homenageasse a sua trajetória intelectual<sup>456</sup>.

## Considerações finais

Até aqui, a construção das cores políticas do escritor Guilherme de Almeida foi delineada através da investigação de sua produção literária, entendida como reflexo de seus posicionamentos políticos e intelectuais, portanto, de sua realidade vivida. A elaboração formal das crônicas indica que apesar do escritor recorrer a macetes poéticos, a escolha dos temas e de seus argumentos carregam a ideologia escolhida por Almeida. O que significa dizer que o escritor fez política em seus *Ecos*.

Por fim, ao tratar do tema, em uma de suas últimas crônicas, em 1967, no seu *Eco* intitulado “*Política e Poesia*”, o escritor reconheceu que os poetas não estão suspensos nas nuvens da sociedade, como havia mencionado anteriormente, e que também fazem “aquela coisa”, ou melhor, política, já que possuem certa “necessidade de feiura e vulgaridade”. Ao evocar uma despreziosa conversa em uma mesa de bar, Almeida descreve sua última tonalidade:

(...) - *Por que é que vocês, poetas, não fazem política?* Seria interessante, ou pelo menos, divertido...  
 - É que nós...  
 Mas calei-me. Bem que eu poderia citar vários fazedores de versos que também fizeram aquela coisa. Por exemplo, Baudelaire (...) que apenas cito, não subscrevo: '[Baudelaire] *Não tenho convicções*, como as entende a gente do meu tempo, porque não tenho ambição. Não há base em mim para uma convicção (...)  
 [Almeida] Poderia citar, *mas não citei*. Apenas recitei. Recitei, no fim de uma frase boba, um verso sério. Esta frase e este verso:

<sup>455</sup> Em 11 de julho de 1969, aos setenta e oito anos, após complicações na saúde que duraram cerca de um mês, provenientes de uma crise de uremia, o escritor Guilherme de Almeida faleceu em sua residência, dois dias após as comemorações da Revolução de 32, no feriado de 09 de julho (Cf. Folha de S. Paulo, 12 jul. 1969. Primeiro Caderno, p. 1). Segundo a reportagem, “(...) (a bandeira paulista hasteada em sua casa, no 9 de Julho a seu pedido, nas últimas horas de vida, é um símbolo de uma personalidade e de uma existência) (...) (Cf. O Estado de São Paulo, 02 ago. 1969. Suplemento Literário, p. 3).

<sup>456</sup> O ambiente político favorável, propiciado pelos agentes familiares que estavam inseridos na vida pública do Estado de São Paulo, que resultou nas primeiras tratativas para a musealização do conjunto do escritor Guilherme de Almeida, em novembro de 1974, foi tratado, mais detalhadamente, no artigo “*Casa Guilherme de Almeida: caminhos de musealização*”, disponível nos Anais do VIII Seminário Nacional do Centro de Memória – UNICAMP, disponível em: [http://www.encm2016.eventos.dype.com.br/resources/anais/6/1469467631\\_ARQUIVO\\_CASAGUILHERMEDEALMEIDACAMINHOSDEMUSEALIZACAO.pdf](http://www.encm2016.eventos.dype.com.br/resources/anais/6/1469467631_ARQUIVO_CASAGUILHERMEDEALMEIDACAMINHOSDEMUSEALIZACAO.pdf)

- *Muitos poetas fizeram política, sim senhor. Tinham sido humanos; sentem ainda, de vez em quando, 'un besoin de laideur et de vulgarité'*<sup>457</sup>.

Os *Ecos* de Guilherme de Almeida por corresponderem a um gênero literário jornalístico marcado pela transitoriedade de temas, pela linguagem equilibrada entre o coloquial e o literário, pelo uso de memórias e posicionamentos diante do contexto político e social, apresentam-se, sem dúvida, como crônicas. Ou seja, sem a pretensão de durabilidade e com certa efemeridade incorporada, típica do seu gênero<sup>458</sup>. Apesar da informalidade aparente ou mesmo do “ar despreocupado” de “uma conversa aparentemente fiada”, o autor, como pode ser visto, não se esquivou de realizar críticas sociais ou, como ele mesmo disse, fazer política<sup>459</sup>.

Através de seus *Ecos*, pode-se notar que os seus posicionamentos ideológicos estavam em sintonia com o contexto político dominante no período, o que o credenciaram a receber uma homenagem pública, realizada após a musealização de sua residência que culminou na fundação da Casa Guilherme de Almeida, em 1979. A homenagem, por conta de entraves burocráticos percorreu as gestões dos governadores arenistas Roberto de Abreu Sodré (1917-1999), Laudo Natel (1920) e Paulo Egydio Martins (1928), que a todo momento incentivaram a musealização de sua biografia.

É importante indicar que tal movimento, pautado tão-somente na homenagem de um sujeito, ao musealizar os itens relacionados à sua trajetória de vida, o imortaliza e o mitifica. Pois, a montagem da Casa Guilherme de Almeida, encabeçada por agentes políticos, durante o regime militar, elegeu apenas os aspectos considerados valiosos de sua trajetória política e intelectual. No caso específico, o destaque à sua participação no movimento modernista paulista de 1922 e nos conflitos da Revolução de 1932, que foram interessantes para a

<sup>457</sup> O Estado de São Paulo, 26 jan. 1967, Geral, p. 5. Grifo nosso.

<sup>458</sup> Ao tratar da crônica como gênero literário, Antônio Candido adverte: “(...) a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas (...) Isto acontece porque não tem pretensões a durar, uma vez que é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa. Ela não foi feita originalmente para o livro, mas para essa publicação efêmera que se compra num dia e no dia seguinte é usada para embrulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha”. Cf. CANDIDO, Antonio [et al]. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 14.

<sup>459</sup> CANDIDO, op. cit., p. 17 e 18.

fabricação de um museu que privilegiou a história cívica e oficial de São Paulo, a partir de um sujeito que defendeu estes mesmos ideais em seus *Ecos*.

## Referências bibliográficas

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968- 1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência - O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

BARROS, Frederico Ozanam Pessoa de. *Guilherme de Almeida: Literatura Comentada*. São Paulo: Abril Educação, 1982.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007.

CANDIDO, Antonio [et al]. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

\_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2000.

\_\_\_\_\_. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Ouro sobre Azul, 2006.

CAPELATO, Maria Helena. "O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945)". *Revista Brasileira de História*, V. 12, Nº 23/24, 1991/1992, p. 55-75.

CHALHOUB, Sidney. "Apresentação". *História Social: revista dos pós-graduandos em História da Unicamp*. Campinas, SP, Nº 22/23, primeiro e segundo semestres de 2012.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1998.

CASTRO Jr, Clementino de Souza e. *Cunha em 1932*. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 1935.

COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel: Escritores jornalistas no Brasil (1904-2004)*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2005.

DUARTE, Paulo. *Mario de Andrade por ele mesmo*, edição comemorativa dos 40 anos de falecimento de Mario de Andrade. Editora Hucitec, Prefeitura do município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1985.

FEDERICI, Hilton. *Símbolos Paulistas: estudo histórico-heráldico*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Comissão de Geografia e História, 1981.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2002.

GINZURBG, Carlo. *Olhos de madeira: Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.

MELO, Luis Correa. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Irmãos Andriolis, 1954. (Comissão do VI Centenário da cidade de São Paulo).

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Trad. Yara A. Khoury. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, Nº 10, dez. 1993. p. 7-28.

RIBEIRO, José Antonio. *Guilherme de Almeida: Poeta modernista*. São Paulo: Ed. Traço, 1983.

SILVA, Mauricio Pedra da. *O sorriso da sociedade – Literatura e Academicismo no Brasil da virada do século (1890-1920)*. São Paulo: Ed. Alameda, 2013.

VIEIRA, Guilherme. “Casa Guilherme de Almeida: Caminhos de musealização”. In: *VIII Seminário Nacional do Centro de Memória (Unicamp): Memória e Acervo. O Arquivo como espaço produtor de conhecimento*, 2016, Campinas, SP. Anais. VIII Seminário Nacional do CMU - Memória e acervos documentais, o arquivo como espaço produtor de conhecimento. Campinas-SP: UNICAMP/CMU, 2016. V. 1, p. 1-20.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2011.

## Fontes

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS: Perfil Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/getulio-vargas>. Acessado em 12 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. Perfil Guilherme de Almeida. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/guilherme-de-almeida>. Acessado em 12 de janeiro de 2017.

CAMPINAS. Lei n. 3752, de 29 de janeiro de 1969. Cria o cargo de Assessor em Museologia que foi ocupado por Guilherme de Almeida. Diário Oficial do Município, Campinas, 30 jan. 1969. Disponível em: <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/99636>. Acessado em 12 de janeiro de 2017.

FOLHA DE S. PAULO, 12 jul. 1969. Primeiro Caderno, p. 1.

JORNAL DAS TRINCHEIRAS, São Paulo, 8 set. 1932, Número 8, p. 1.

O ESTADO DE S. PAULO, 11 jan. 1945. Geral, p. 8

- \_\_\_\_\_ . 14 set. 1950, Geral, p. 8.
- \_\_\_\_\_ . 23 set. 1950, Geral, p. 5.
- \_\_\_\_\_ . 25 jan. 1957, Geral, p. 8.
- \_\_\_\_\_ . 02 jul. 1957. Geral, p. 7.
- \_\_\_\_\_ . 06 jul. 1957. Geral, p. 5.
- \_\_\_\_\_ . 07 ago. 1957. Geral, p. 5.
- \_\_\_\_\_ . 09 jul. 1958, Geral, p. 5.
- \_\_\_\_\_ . 15 abr. 1959, Geral, p. 7.
- \_\_\_\_\_ . 23 out. 1959, Geral, p. 8.
- \_\_\_\_\_ . 23 abr. 1960. Geral, p. 3.
- \_\_\_\_\_ . 13 mai. 1960. Geral, p. 12.
- \_\_\_\_\_ . 21 set. 1960, Geral, p. 5.
- \_\_\_\_\_ . 02 mai. 1961, Geral, p. 6.
- \_\_\_\_\_ . 02 mar. 1962, Geral, p. 23.
- \_\_\_\_\_ . 19 mar. 1964, Geral, p. 5
- \_\_\_\_\_ . 24 mar. 1964, Geral, p. 5.
- \_\_\_\_\_ . 01 abr. 1964, Geral, p. 7.
- \_\_\_\_\_ . 02 abr. 1964, Geral, p. 38.
- \_\_\_\_\_ . 04 abr. 1964, Geral, p. 7.
- \_\_\_\_\_ . 09 abr. 1964, Geral, p. 5.
- \_\_\_\_\_ . 07 ago. 1964, Geral, p. 5.
- \_\_\_\_\_ . 21 abr. 1965, Geral, p. 5.
- \_\_\_\_\_ . 18 jun. 1966, Geral, p. 7.
- \_\_\_\_\_ . 26 jan. 1967, Geral, p. 5.
- \_\_\_\_\_ . 20 jun. 1968, Geral, p. 13.
- \_\_\_\_\_ . 31 jan. 1969. Geral, p. 8.
- \_\_\_\_\_ . 12 jul. 1969. Geral, p. 12.
- \_\_\_\_\_ . 21 jul. 1990, Cultura, p. 61.

SÃO PAULO. Lei. n. 10.180, de 05 de agosto de 1968. Dispões sobre abertura de crédito suplementar. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 05.ago. 1968. Disponível em:



<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/lei-10180-05.08.1968.html>.  
Acessado em 12 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 52.161, de 11 de julho de 1969. Institui luto oficial por três dias. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 11 jul. 1969, Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1969/decreto-2161.11.07.1969.html>. Acessado em 12 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 52.162, de 11 de julho de 1969. Autoriza sepultamento no Mausoléu de Soldado Constitucionalista. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 11 jul. 1969. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1969/decreto-52162-11.07.1969.html>. Acessado em 12 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n. 136, de 13 de julho de 1969. Dispõe sobre concessão de pensão mensal. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 23 jul. 1969. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1969/decreto.lei-136-23.07.1969.html>. Acessado em 12 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 52.223, de 25 de julho de 1969. Dá denominação a estabelecimento de ensino. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 25 jul. 1969. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1969/decreto-52223-25.07.1969.html>. Acessado em 12 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto de 14 agosto de 1970. Dispõe sobre denominação de ponte estadual Guilherme de Almeida. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 14 ago. 1970. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1970/decreto-OH-14.08.1970.html>. Acessado em 12 de janeiro de 2017.

**Recebido em 20 de janeiro de 2017.**  
**Aprovado em 27 de maio de 2017.**